

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL EM PESSOAS NEGRAS: DESAFIOS ESCOLARES E CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS À LUZ DOS DADOS BRASILEIROS

Gonçalves, Renata

Universidade Federal de Santa Maria

Graduanda em Educação Especial

renata.goncalves@acad.ufsm.br

Resumo:

A intersecção entre deficiência intelectual, raça e classe social emerge como uma lente crucial para desvelar as profundas camadas de desigualdade que estruturam a sociedade brasileira. Este artigo propõe analisar, de forma detalhada e multifacetada, os complexos desafios enfrentados por pessoas negras com deficiência intelectual no Brasil, com um foco particular nas suas experiências no ambiente escolar e nas consequentes repercussões em suas vidas sociais. A pesquisa é solidamente embasada em dados recentes e robustos, provenientes do Censo Demográfico 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). A metodologia empregada adota uma abordagem interseccional como pilar central, fundamentada nas teorias críticas de autoras seminal como Kimberlé Crenshaw (2002) e Grada Kilomba (2019). A análise quantitativa dos dados do IBGE (2023) revela um panorama estatístico alarmante: 56% das pessoas com deficiência se autodeclaram negras (44% pardas e 12% pretas), contrastando com 42% que se declaram brancas, e os índices de deficiência são superiores em pessoas pretas (9,5%) e pardas (8,9%) em comparação com pessoas brancas. Além da análise estatística, o trabalho se aprofunda na revisão bibliográfica de autores que debatem o racismo estrutural, o capacitismo e a exclusão escolar, como Lima e Tinôco e Souza (2023). Para enriquecer e contextualizar a discussão, o estudo incorpora a perspectiva crítica de Carter G. Woodson, especialmente sua obra "A Deseducação do Negro" (2021), como também as percepções de Eliane Cavalleiro, com seu livro "Racismo e Antirracismo na Educação: Repensando Nossa Escola" (2001). Conclui-se que é

indiscutível a revisão de políticas públicas educacionais, que devem transcender a abordagem genérica da deficiência para contemplar marcadores raciais e territoriais, através de formação docente interseccional, currículos valorizadores das culturas africanas e afro-brasileiras, investimentos em acessibilidade e a coleta de dados desagregados por raça e tipo de deficiência. O objetivo final é propor caminhos para uma educação verdadeiramente antirracista, anticapacitista e inclusiva.

Palavras-chave: deficiência intelectual; pessoas negras; racismo; capacitismo; exclusão escolar; interseccionalidade.

1. Introdução

O Brasil é marcado por desigualdades sociais historicamente enraizadas que afetam, de maneira desproporcional, as populações negras e com deficiência. Quando essas condições se sobrepõem, como no caso de pessoas negras com deficiência intelectual, a exclusão social e educacional se intensifica. A escola, espaço que deveria ser de formação cidadã e emancipação, torna-se muitas vezes um ambiente de negação, onde o racismo institucional e o capacitismo operam silenciosamente. Essa negação se alinha à perspectiva de Carter G. Woodson (2021) em "A Deseducação do Negro", que já em sua época denunciava como o sistema educacional podia, paradoxalmente, afastar o estudante negro de sua própria cultura e potencialidades, moldando-o para uma posição subordinada na sociedade. No contexto contemporâneo e interseccional, isso se manifesta na restrição do pleno desenvolvimento de pessoas negras com deficiência intelectual.

2. Metodologia

Este trabalho utiliza uma abordagem interseccional como metodologia principal, fundamentada nas teorias críticas de autoras como Kimberlé Crenshaw (2002) e Grada Kilomba (2019). Essa perspectiva permite não apenas identificar, mas também desconstruir como marcadores sociais como raça, deficiência e classe se entrelaçam de maneira complexa, potencializando e aprofundando as desigualdades sociais e educacionais. O racismo estrutural e o capacitismo são examinados como forças interligadas que operam sistemicamente, culminando na limitação do acesso à educação de qualidade e à plena inclusão social para este grupo populacional. A interseccionalidade permite analisar como os marcadores sociais de raça,

deficiência e classe se entrelaçam para aprofundar desigualdades. Além disso, a pesquisa se baseia em dados estatísticos do Censo Demográfico 2022 do IBGE e da PNAD Contínua 2022, utilizando uma análise quantitativa para identificar padrões de exclusão e desigualdade. Por fim, foi realizada uma revisão bibliográfica de autores que discutem racismo estrutural, capacitismo e exclusão escolar, como Lima e Tinôco e Souza (2023), para contextualizar os dados e propor soluções fundamentadas. A inclusão das obras de Carter G. Woodson (2021) e Eliane Cavalleiro (2001) visam fortalecer a perspectiva crítica sobre as falhas históricas e presentes da educação no combate ao racismo e na promoção da equidade, permitindo uma análise mais aprofundada dos mecanismos de opressão.

3. Deficiência Intelectual e Raça no Brasil: Um Panorama Estatístico

Segundo o Censo Demográfico 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais de 14,4 milhões de pessoas declararam ter algum tipo de deficiência no país. Dentre essas, 2,7 milhões possuem deficiência intelectual, tornando essa a quarta mais prevalente (IBGE, 2023). Ainda de acordo com os dados, 56% das pessoas com deficiência se declaram negras (44% pardas e 12% pretas), contra 42% que se declaram brancas. Além disso, 9,5% das pessoas pretas e 8,9% das pardas possuem algum tipo de deficiência, índices superiores aos de pessoas brancas. Esses números evidenciam uma predisposição à vulnerabilidade social e educacional para a população negra com deficiência, destacando a urgência de análises interseccionais.

4. A Escola como Espaço de Exclusão: Racismo e Capacitismo

A escola, embora constitucionalmente garantida como direito de todos, não tem sido espaço de acolhimento e desenvolvimento pleno para pessoas negras com deficiência intelectual. Autores como Lima e Tinôco e Souza (2023) identificam que o currículo, a formação docente e a infraestrutura das escolas públicas não consideram adequadamente a intersecção entre raça e deficiência. O racismo institucional, entendido como a perpetuação de práticas que desfavorecem sistematicamente a população negra, se manifesta na medicalização precoce de crianças negras, no encaminhamento arbitrário para classes especiais e na baixa expectativa sobre suas capacidades cognitivas. Essa realidade dolorosamente ecoa

as críticas de Carter G. Woodson (2021), que, em "A Deseducação do Negro", já denunciava como os sistemas educacionais podiam ser estruturados para desempoderar e alienar estudantes negros, distanciando-os de sua própria cultura e potencial. No caso das pessoas negras com deficiência intelectual, essa "deseducação" se agrava, pois a medicalização e o encaminhamento para classes segregadas não apenas limitam o acesso a um currículo adequado, mas também reforçam estereótipos capacitistas e racistas, negando a pluralidade de suas inteligências e formas de aprender. A escola, ao invés de ser um motor de emancipação, pode inadvertidamente reforçar estereótipos e limitar o desenvolvimento pleno de indivíduos negros com deficiência intelectual, perpetuando práticas de medicalização precoce e encaminhamento arbitrário para classes especiais, que culminam em baixas expectativas sobre suas capacidades cognitivas. Complementarmente, a obra "Racismo e Antirracismo na Educação: Repensando Nossa Escola", organizada por Eliane Cavalleiro (2001), detalha as diversas nuances do racismo no cotidiano escolar brasileiro, desde o currículo oculto até as interações entre alunos e professores, evidenciando como a falta de uma abordagem antirracista aprofunda a exclusão de estudantes negros, um cenário ainda mais crítico quando a deficiência intelectual se soma a essa equação.

5. Consequências Sociais da Exclusão Escolar

O currículo, a formação docente e a infraestrutura das instituições públicas frequentemente falham em considerar a intersecção entre raça e deficiência, resultando em racismo institucional. A exclusão escolar de pessoas negras com deficiência intelectual não se limita ao fracasso acadêmico. Ela reverbera em diversos âmbitos sociais, incluindo o mercado de trabalho, o acesso à renda e o reconhecimento da própria identidade. Dados da PNAD Contínua 2022 indicam que apenas 7,4% das pessoas com deficiência possuem ensino superior completo e a taxa de desocupação entre pessoas com deficiência é mais alta entre pretos e pardos do que entre brancos (IBGE, 2023). A falta de oportunidades educacionais adequadas compromete o desenvolvimento da autonomia, empurrando essas pessoas para dependência contínua de familiares e para a marginalização. Essa marginalização, agravada pela intersecção de raça e deficiência, pode ser vista como o resultado final da "deseducação" e da ausência de políticas antirracistas e anticapacitistas eficazes. A impossibilidade de acesso pleno ao conhecimento e à

formação cidadã, como alertado por Woodson (2021), resulta na privação de oportunidades não apenas econômicas, mas também na construção de uma identidade positiva e na participação social plena, perpetuando ciclos de vulnerabilidade.

6. Caminhos para a Justiça Educacional e Racial

É necessário repensar políticas públicas educacionais que não apenas atendam à deficiência de forma genérica, mas que considerem os marcadores raciais e territoriais. Isso inclui: formação docente com abordagem interseccional; currículos que valorizem as culturas africanas e afro-brasileiras; investimentos em acessibilidade comunicacional e metodológica; adoção de dados desagregados por raça e tipo de deficiência. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Lei nº 11.645/2008 (BRASIL, 2008) devem ser implementadas em consonância com as diretrizes da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva. Para que a escola se torne um espaço verdadeiramente inclusivo e equitativo, é fundamental incorporar os ensinamentos de Carter G. Woodson (2021) sobre a necessidade de uma educação que empodere, valorize a identidade e a história do povo negro, e não que o "deseduque". Da mesma forma, as propostas de Eliane Cavalleiro (2001) para uma educação antirracista são cruciais, demandando não apenas a inserção de conteúdos sobre a cultura africana e afro-brasileira, mas uma revisão profunda das práticas pedagógicas e da cultura institucional para desconstruir preconceitos e promover a valorização da diversidade em todas as suas manifestações.

7. Considerações Finais

Este artigo buscou mostrar, a partir de dados e teorias críticas, como o entrelaçamento entre deficiência intelectual e negritude aprofundam as desigualdades escolares e sociais no Brasil. A ausência de uma abordagem interseccional nas políticas públicas contribui para a manutenção de um sistema que marginaliza sujeitos historicamente vulnerabilizados. Enfrentar esse quadro exige o comprometimento com uma educação antirracista, anticapacitista e verdadeiramente inclusiva, que não apenas reconheça, mas ativamente desfaça os mecanismos da "deseducação" histórica do negro e promova uma cultura escolar que celebre todas

as formas de existência e aprendizado, garantindo a equidade racial e social no ambiente escolar para pessoas negras com deficiência intelectual.

Referências

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Demográfico 2022: Pessoas com deficiência. Brasília: IBGE, 2023.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 48, p. 1, 11 mar. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 27 jul. 2025.

BUENO, José Geraldo. Educação especial e exclusão racial: reflexões críticas. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 27, n. 3, 2021.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos (org.). **Racismo e Antirracismo na Educação: Repensando Nossa Escola**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2001.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. 2. ed. São Paulo: Cobogó, 2019.

LIMA, Aline Ferreira de et al. Deficiência, raça e educação: reflexões a partir da interseccionalidade. Revista Educação e Fronteiras, v. 12, n. 35, 2022.

SILVA, Sueli Carneiro. Racismo, sexismo e desigualdade na escola brasileira. São Paulo: Selo Negro, 2021.

TINÔCO, Giselle dos Santos; SOUZA, Marília Oliveira. Interseccionalidade.

WOODSON, Carter G. A deseducação do negro. Edição especial. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.